

Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de abril.-----

Aos **trinta dias** do mês de **abril** de **dois mil e quinze**, (quinta-feira), pelas dezassete horas, reuniu a Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, no Salão Nobre da Câmara Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um- **Período antes da Ordem do Dia:**-----

Um ponto um- **Apreciação das Atas.**-----

Um ponto dois- **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.**-----

Um ponto três- **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.**-----

Ponto Dois- **Informação do Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade Municipal.**-----

Ponto três- **Propostas da Autarquia:**-----

Três ponto um-**Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2014- (Decreto-Lei n.º 54/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Outubro e pelo Decreto - Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, que aprovou o POCAL):**-----

Ponto quatro- **Período destinado à intervenção do público.**-----

O Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Dr. **Raul Garcia**, ordenou que se procedesse à assinatura do livro de ponto, verificando-se as presenças de todos os Deputados Municipais, com exceção do Deputado Municipal senhor **Luís Paulo Fernandes**, ausência justificada, tendo sido substituído nos termos do artigo septuagésimo sétimo, da Lei número cinco barra A de onze de Junho de dois mil e doze, pela Deputada Municipal senhora Dr.ª. **Marina Martins**.-----

Estavam também presentes os Presidentes de Juntas de Freguesia, de Pedrógão Grande, Graça e Vila Facaia.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo seu Presidente, e respetivos Vereadores:-----

Confirmada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, ficando assim, a mesa da Assembleia Municipal, constituída pelos: Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raul Garcia**, pelo primeiro secretário Senhor Dr. **Luís Filipe**, pelo segundo secretário senhor **Joaquim Palheira**, pelo Presidente da Câmara Municipal, senhor **Valdemar Alves**. Para prestar apoio técnico-administrativo, estiveram presentes: o Chefe de Divisão, a Técnica Superior, da área da contabilidade e a Coordenadora Técnica, nomeada para redigir as atas da Assembleia Municipal.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, e deu início à sessão, no seu ponto um - **Período Antes da Ordem do Dia**.-----

Um, ponto um- **Apreciação das Atas** - Foi pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, submetida à leitura, discussão e votação a ata número oito de vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, (sexta-feira), sendo a mesma aprovada por maioria com duas abstenções-----

Prosseguiu-se com a ordem de trabalhos, no seu ponto um, ponto dois- **Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente**. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, fez a leitura resumida da correspondência, quer dirigida a si, e/ou à Assembleia Municipal. Fez referência à documentação enviada pela Assembleia Municipal de Viseu, relacionada com o teor da Moção-combate à corrupção; do Tribunal de Contas, o despacho Judicial nº 3/2015-EC, de 1 de Abril e da CIMRL-reunião da Assembleia Intermunicipal, documentos que pôs à disposição de quem os queira consultar.----

A sessão prosseguiu com a **apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local**, no seu ponto um, ponto três, com as intervenções do senhor Presidente da Assembleia Municipal, para se congratular com as Comemorações do dia 25 de Abril, confirmando que se fez representar nas mesmas, pelo Deputado Municipal senhor Joaquim Palheira.-----

Tomou a palavra o Deputado Municipal senhor **Américo Rocha**, para felicitar a Câmara Municipal, na pessoa do senhor Presidente, pelas comemorações do dia 25 de Abril, afirma ter sido uma iniciativa muito boa. Apresenta um voto de felicitações da bancada do Partido Socialista.-----

Tomou a palavra a Deputada Municipal senhora Dr^a. **Nélia Alves**, que partilha da opinião expressa pelo colega, acrescenta: as iniciativas foram desenvolvidas ao longo de uma semana, a sessão solene foi marcante pelo discurso do Comandante de Abril, Carlos Beato. A terminar, felicita o Executivo.-----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** que em seu nome pessoal e da Assembleia Municipal, apresentou as condolências pelo falecimento da esposa do deputado municipal senhor Luís Paulo.-----

Tomou a palavra o Deputado Municipal senhor **Américo Rocha**, para apresentar um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Deputado Municipal, senhor Fernando Antunes e igualmente ao Deputado Municipal senhor Luís Paulo, pelo falecimento de sua esposa.-----

Prossegue para questionar se existe alguma coisa de concreto em relação ao Programa 2020, de acordo com aquilo que foi incluído nas Grandes Opções do Plano.-----

Pelo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi informado que infelizmente ainda não há uma definição do Governo. A semana passada foi feita a apresentação do Programa da Região Centro, ontem reunimos na CIMRL. Esclarece que sobre os Fundos Comunitários, os projetos de Pedrógão Grande que integrarão os Investimentos Territoriais Integrados, referentes ao Pacto de Desenvolvimento e Coesão

Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), dividem-se por várias Prioridades de Investimento.-----

Na Prioridade de Investimento relativa ao aumento da eficiência energética existem dois projetos: a eficiência energética dos edifícios públicos, tais como a Câmara Municipal, Arquivo, Biblioteca ou as Piscinas; e a eficiência energética da iluminação pública. Na Prioridade de Investimento relativa à abordagem de riscos, gestão de catástrofes e proteção civil, está em desenvolvimento o Projeto Intermunicipal de Cartografia de Risco e Cadastro Predial dos Prédios Rústicos e Urbanos em Zonas de Risco. Pedrógão Grande tem procurado a busca de consenso para que este projeto integre também o cadastro florestal, não só pela necessidade de proteção do património natural, mas igualmente por necessidade de antecipação à legislação europeia que obrigará a que todas as exportações de biomassa provenham de floresta certificada, sendo o cadastro florestal assim fundamental para se garantir a profícua atividade económica deste sector energético basilar para Pedrógão Grande a curto, médio e longo prazo. Ainda na Prioridade de Investimento relativa à abordagem de riscos, gestão de catástrofes e proteção civil, existe também o Programa Intermunicipal de Videovigilância Florestal.-----

No que concerne à Prioridade de Investimento relativa à Modernização Administrativa, Pedrógão Grande tem um projeto de: balcão único otimizado de atendimento; disponibilização multimédia de informação ao munícipe; portal municipal; gestão do fornecimento de água; gestão da informação de floresta; aplicação para gestão de ocorrências e comunicação ao munícipe; plataforma de gestão da Ação social; desmaterialização de processos internos. Além disto, a CIMRL está a ultimar um Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa de forma a evitar duplicação entre os diferentes projetos municipais para ganhar efeitos de escala.-----

No que concerne à Prioridade de Investimento relativa ao património cultural e natural, Pedrógão Grande efetuará restauros na Igreja Matriz.-----

Relativamente à Prioridade de Investimento ao apoio à criação de emprego, a CIMRL terá o Programa Intermunicipal de Estímulo ao Empreendedorismo de Base Local e o Programa Intermunicipal de Apoio à Criação de Emprego por Conta Própria, ao Micro Empreendedorismo e à Criação de Empresas. O primeiro dedicar-se-á ao incentivo para a criação de negócios e o segundo aos apoios financeiros a alocar nas empresas criadas.-----

Relativamente à Prioridade de Investimento sobre infraestruturas e equipamentos de saúde, Pedrógão Grande tem um projeto de remodelações no Centro de Saúde.-----

Por fim, sobre a Prioridade de Investimento relativa à prevenção do abandono escolar e combate ao insucesso escolar, encontram-se em desenvolvimento o Projeto Intermunicipal Programa de Combate ao Insucesso Escolar, bem como o Observatório Intermunicipal do Sucesso Escolar.-----

Tomou a palavra o Deputado Municipal senhor **Américo Rocha**, para acrescentar que há muito pouco dinheiro e que em relação ao Quadro Comunitário 2020, resume-se em três eixos- floresta, energia e as diversões.-----

Ponto dois- **Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade municipal.**-----

Pelo senhor Deputado Municipal **Américo Rocha**, foi referido que era fundamental que se tivesse acesso à informação que o senhor Presidente acabou de elencar. Acrescenta que a lei nº 75/2013, artigo 25, no seu ponto 2, alínea c), diz que o senhor Presidente tem que dar informação escrita, existe um conjunto de informações que não veem explanadas nos documentos que são enviados. -----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para acrescentar que a informação está toda aqui, nestes documentos.-----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, para esclarecer: neste mandato como nos anteriores, sempre houve abertura para responder e esclarecer, acerca dos documentos enviados. Este é local certo para esclarecer. Acrescenta que correr-se-ia o risco de se tornar exaustivo e ninguém o ler. Esta listagem é sucinta e objetiva, estando o senhor Presidente da Câmara Municipal disponível para qualquer esclarecimento.-----

Tomou a palavra o Deputado Municipal senhor **Américo Rocha**, para questionar o que se passa em relação ao Piquete das Águas extinto com os funcionários da Câmara Municipal, se foi substituído por outro serviço, qual e porquê?-----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer que fomos confrontados com um ultimato dos funcionários, adstritos aquele setor. A Câmara Municipal e face a esta situação, devido à falta de funcionários com competência nesta área no Mapa de Pessoal, teve que recorrer de imediato á aquisição dos serviços de uma empresa da especialidade, até abertura de concurso para o efeito. Acrescenta ainda que o serviço de Piquete está assegurado nos mesmos moldes. Eles têm viaturas, e quando for necessário material o mesmo será requisitado ao nosso armazém. Desde já informo que provavelmente esta situação também será adotada nos serviços do lixo e noutros. A freguesia de Graça e Vila Facaia, não têm Coveiro, e certamente a solução será recorrer a empresas particulares. Conclui que esta era a única solução e ainda em resposta a mais uma questão colocada pelo senhor Deputado Municipal, Américo Rocha, esclarece que a firma é de Ansião.-----

Ponto três- **Propostas da Autarquia:**-----

Três ponto um- **Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2014.**-----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para informar que foi um trabalho exaustivo, dado que foi a primeira vez que esta Autarquia trabalhou com o Revisor Oficial de Contas, por força de Lei. Acrescenta que estamos a modernizarmo-nos, mais transparência. Houve algum atraso na contratação do ROC- Revisor Oficial de Contas. Foi aprovada a sua nomeação na última reunião da

Assembleia Municipal de fevereiro, apresentação no novo relatório semestral da Assembleia Municipal de setembro. Tudo feito a tempo e horas, num tempo record. Agradece o trabalho árduo das funcionárias ligadas a este assunto.-----

Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Engº Rui Veríssimo**, que conclui as receitas referentes às transferências de capital, redução drástica, espera que isto seja invertido dado que temos que investir.----

Tomou a palavra a Dr.ª **Ana Dias**, para informar que esta redução verificada nas Receitas de Capital-Transferências de Capital, resulta da alteração da percentagem utilizada na repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, de modo a garantir os objectivos de equilíbrio financeiro, horizontal e vertical.-----

Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal **Fernando Antunes** que na sua opinião, salienta, não ser opinião do Partido Socialista, mas refere que a aprovação destas contas infere por ilegalidade, elas têm que ser certificadas e com parecer do Revisor Oficial de Contas, que produz um parecer e que sem esse parecer as contas não devem ser aprovadas. A última reunião do executivo, foi dia 23 e o parecer tem data do dia 25, mas o executivo não tinha os documentos todos, no dia 23 o documento não existia. Conclui que este assunto devia ser retirado.-----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, para esclarecer que enquanto Presidente da Assembleia Municipal, já há dezoito anos tem sempre falado abertamente e permitido o diálogo, o senhor Fernando Antunes está a levantar uma questão e é mais uma questão jurídica. Salienta não ser a sua área, estamos a dialogar e conclui que os documentos que chegaram aos senhores deputados da Assembleia Municipal, estão completos.-----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para afirmar que, toda a documentação se encontra neste momento para apreciação. Os senhores vereadores do executivo é que podiam ter levantado essa questão.-----

Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Dr. **Rui Capitão**, para dizer que a questão tem um sentido casuístico. Poderia esta situação ter sido evitada. Quanto ao relatório do Revisor Oficial de Contas, grande parte dos municípios incorrem nas reservas nele apontadas, Tenho que congratular a Câmara Municipal dado que se está a esforçar no bom sentido. A informação é tanta que é difícil avaliar. Duas questões, quanto teve que reconhecer pagar às Águas do Centro; Fundo de Apoio Municipal a 31 de Dezembro?----

Tomou a palavra a Dr.ª **Ana Dias**, para informar que o Município reconheceu perante as Águas do Centro, S.A., uma dívida de aproximadamente 625 000,00€, estando este valor refletido no Relatório de Gestão, nomeadamente no quadro que consta da página 15 do mesmo. O Fundo de Apoio Municipal, encontra-se registado, de acordo com o estipulado na ficha do SATAPOCAL, no Balanço, nomeadamente na conta 412- Obrigações e Títulos de Participação, não existindo qualquer impacto orçamental em 2014, dado que a 1ª tranche da contribuição para a realização do capital social só ocorrerá em Junho de 2015.-----

Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Dr. **Luís Filipe**, que começou por felicitar os funcionários pelo trabalho efetuado. É um trabalho árduo, extremamente exigente. Relativamente às receitas e as despesas é um fluxo financeiro- é um cash-flow. Numa óptica de contabilidade é saudável quando a receita corrente é superior à receita de capital, ou seja existe um superavit.-----

Quanto as duvidas que existiram na aprovação das taxas do IMI, agora estão esclarecidas as nossas dúvidas. As despesas são certas, e a receitas incertas. Demonstração de resultados—resultados líquidos negativos, financiados pela amortização numa contabilidade publica. Parecer do Revisor Oficial de Contas auditor externo e certificação legal de contas, é um auditor externo a tempo interno e também nos deixa mais confortável. Coloca quatro reservas e um enfase. Contagem de existências circularização dos fornecedores e cauções, imobilizado corpóreo e bens do domínio público em termos de efeito patrimonial não lesa o município. Em relação aos subsídios – contabilização incorreta. Estas reservas são no sentido de melhorar. O parecer refere que as contas devem ser aprovadas. Aplicação dos resultados líquidos nos resultados transitados.-----

Usou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, para saudar os funcionários e o executivo pelo esforço efetuado. O documento não me oferece dúvidas, em qualquer dos casos essas dúvidas estão afastadas pela informação do Revisor Oficial de Contas, e temos ainda o parecer final do Tribunal de Contas. Seguidamente informa que haverá uma pausa de cinco minutos para os grupos reunirem.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, retoma os trabalhos.-----

Tomou a palavra a senhora Deputada Municipal Dr.ª **Nélia Alves** para esclarecer que a Lei nº 73/2013, artigo 76º, nº 1 refere que os documentos de prestação de contas individuais das Autarquias locais, são apreciadas pelos seus órgãos deliberativos; no nº 3 do mesmo artigo, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo Revisor Oficial de Contas. Acrescenta, este órgão está munido de todos os documentos. Não vê nenhuma ilegalidade neste ato.-----

Foi posto à votação os **Documentos de Prestação de Contas Relativas ao Ano Financeiro de 2014**, e o parecer do Revisor Oficial de Contas, presentes à Assembleia Municipal e estes foram aprovadas por unanimidade dos presentes, tendo os membros do P.S. se ausentado da sala, no momento da votação.----

No seguimento desta votação os deputados do P.S.D., apresentaram um Declaração de voto, que aqui se dá por integralmente transcrita e que fará parte desta ata. Os deputados do P.S., apresentaram uma Declaração para a Ata, que aqui se dá por integralmente transcrita e que fará parte desta.-----

Ponto Quatro- **Período destinado à intervenção do público**.-----

Tomou a palavra o senhor Rui Sá , para referir que o saneamento é uma coisa muito importante numa cidade ou numa vila e esta vila tem saneamento em todos os lados, prossegue para afirmar que ele e mais dois vizinhos não tem saneamento. Lamenta, até porque existe uma a quatro metros de distancia.

As águas do Centro SA, dizem que é da responsabilidade da Camara Municipal e a Camara Municipal diz que não tem responsabilidade, conclui que não entende esta situação.-----

Seguidamente tomou a palavra o senhor Telmo Leandro, referindo-se aos Procedimentos Concurais que estão a decorrer neste Município, prossegue dizendo que as listas já foram publicas e ainda não terem sido homologadas.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que está a ponderar a anulação do Procedimento Concursal, por entender que não estão reunidas condições legais para homologação do mesmo.-----

Tomou a palavra o senhor Luís Cunha, que começa por cumprimentar todos os presentes , congratular a Câmara Municipal, pelas comemorações do dia 25 e Abril e prossegue referindo que a sua questão é idêntica à exposta pelo seu vizinho senhor Rui Sá.-----

Para terminar as intervenções tomou a palavra a senhora Dr^a. Lurdes Esquina, para solicitar que seja alterado o horário do cemitério, que com o enceramento às 16H00 no verão, não se torna viável. Deixa uma sugestão de um horário de verão e outro de inverno, ou um alargamento do horário.-----

A presente Ata, posta a votação, foi aprovada por maioria, em minuta, para efeitos imediatos, com um voto contra, quatro abstenção e treze votos a favor.-----

Eram vinte e quatro horas, quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, e eu, Jacinta Paes, funcionária nomeada para o efeito a redigi.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O segundo Secretário da Assembleia Municipal
